



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 601/11

Declara de Utilidade Pública a  
Associação Desportiva Asa Leste -  
ADAL, com sede e foro no Município  
de Campo Mourão.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Desportiva Asa Leste - ADAL, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2012.

ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

## COMISSÃO DE REDAÇÃO



### Redação Final ao Projeto de Lei nº 870/11

Declara de Utilidade Pública o  
Instituto Ação Cultural *Homar  
Paczkowski Antunes Pinto*, com sede  
e foro no Município de Ponta Grossa.

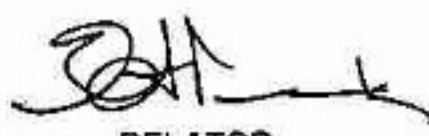
**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto  
Ação Cultural *Homar Paczkowski Antunes Pinto*, pessoa jurídica de  
direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de  
Ponta Grossa.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2012.



ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

  
RELATOR



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fts. 02

Projeto de Lei 562/2011

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 06 JUL. 2011

1º Secretário

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Taekwondo - FDTKD, com sede e foro no Município de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, a Federação Paranaense de Taekwondo - FDTKD, com sede e foro no Município de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em

  
LUIZ EDUARDO CHEIDA  
DEPUTADO ESTADUAL



**JUSTIFICATIVA**

A presente medida tem por objetivo declarar a Utilidade Pública da Federação Paranaense de Taekwondo - FDTKD, com sede e foro no Município de Londrina.

O Taekwondo é um esporte de combate de arte marcial. Hoje em dia, é também um desporto difundido em todos os continentes, com muitos adeptos. Em 1993, o esporte foi adicionado ao programa olímpico oficial, integrando o programa a partir dos Jogos Olímpicos de 2000.

Em Londrina, a prática do referido esporte tem ocupado diversos espaços, também com a finalidade educativa e foco no desenvolvimento integral do cidadão.

Em que pese a busca pelo desenvolvimento integral do cidadão, a Federação Paranaense de Taekwondo - FDTKD, também tem envidado esforços para a prática do esporte de alto nível, na esfera estudantil, universitária, militar e social.

Desta feita, é relevante declarar que a Federação Paranaense de Taekwondo - FDTKD, de utilidade pública, vistos tantos feitos vem desempenhando no cenário estadual.

Assim sendo, peço o apoio dos Pares desta Casa de Leis na aprovação do Projeto em tela.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 562/2011**

Projeto de Lei nº. 562/2011

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Taekwondo - FDTKD, com sede e Foro no Município de Londrina, no Estado do Paraná.*

**EMENTA:** *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.588/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Federação Paranaense de Taekwondo - FDTKD, com sede e Foro no Município de Londrina, no Estado do Paraná.*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 81  
A

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade o esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.  
Fls. 82

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2012.

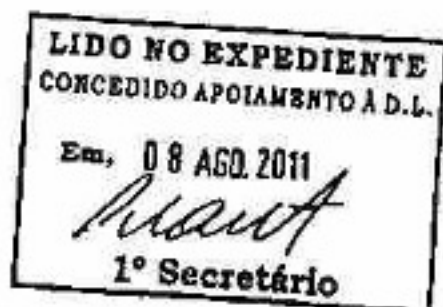
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**PROJETO DE LEI Nº. 605/11**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º. – Que seja incluído no Calendário Oficial do Estado a “Festa do Senhor Bom Jesus”, da Comunidade do Campo do Mendes, no Município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 2011.

**NEREU MOURA**  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA:**

É uma festa que já acontece há 49 anos, contando com a presença de milhares de pessoas, que participam todos os anos, numa demonstração de fé e de espírito religioso.

Na verdade podemos dizer que trata-se do maior evento religioso de Laranjeiras do Sul e da região da Cantuquiriguaçu, sendo que se faz necessário a divulgação deste evento a nível estadual e nacional, para que se fortaleça ainda mais, e, além do espírito cristão, que é o mais importante, também possa se transformar numa fonte de renda para o Município.





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

D. L.  
03

No dia da festa, milhares de pessoas seguem em procissão, percorrendo dezenas de quilômetros a pé, de carro, de caminhão, de ônibus, para agradecer as bênçãos recebidas ou para fazer pedidos ao "Bom Jesus do Campo Mendes".

Pela importância do evento e por sua expressão de grandeza, solicito aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 605/11**

Projeto de Lei nº 605/11

Autor: Deputado Estadual Nereu Moura

**Súmula:** Inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Senhor Bom Jesus".

**EMENTA:** INSERÇÃO NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, A "FESTA DO SENHOR BOM JESUS" DA COMUNIDADE DO CAMPO DO MENDES, NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.  
• APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL, NOS TERMOS DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "FESTA DO SENHOR BOM JESUS", que se realiza anualmente no dia 06 do mês de agosto.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, sendo vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



(...)

Art. 215. caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,

em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandra. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

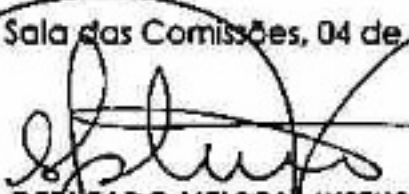


No entanto o nobre parlamentar, não havia incluído a data anual da referida festa, sendo, portanto esta inserida ao projeto mediante emenda modificativa, tornando o projeto constitucional.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, nos termos da Emenda Modificativa.

Sala das Comissões, 04 de outubro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

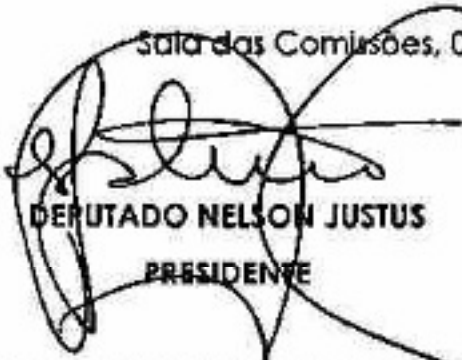


**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 605/2011**

De acordo com o que determina o artigo 137, § 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica alterado o art. 1º ao Projeto de Lei nº 605/11 a contar com a seguinte redação:

**Art.1º.** Que seja incluído no Calendário Oficial do Estado a "Festa do Senhor Bom Jesus", da Comunidade do Campo do Mendes, no Município de Laranjeiras do Sul, a ser realizada anualmente no dia 06 de agosto.

Sala das Comissões, 04 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Turismo*



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/2011

Projeto de Lei nº. 605/2011

Autor: Deputado Nereu Moura.

Sumula: Inclui no Calendário Oficial do Estado a "Festa do Senhor Bom Jesus" da comunidade do Campo do Mendes, Município de Laranjeiras do Sul.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, tem por objetivo incluir no Calendário Oficial do Estado a "Festa do Senhor Bom Jesus" da comunidade de Campo do Mendes, no Município de Laranjeiras do Sul.

Tal festa é o maior evento religioso de Laranjeiras do Sul e da região da Cantuquinguaçu e já ocorre há quarenta e nove anos, contando com a presença de milhares de pessoas que realizam uma demonstração de fé e de espírito religioso. O Projeto vem no sentido divulgar o evento, fortalecendo-o e transformando-o em uma fonte de renda para o Município.

O projeto original não informava qual a data de realização do evento, mas o próprio autor do projeto retificou-o, informando que a festa é realizada, anualmente, no dia 06 de agosto.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 04/10/2011, tendo como relator o nobre Deputado Fernando Scanavaca, constando uma emenda aditiva com o objetivo de corrigir o texto do projeto, incluindo a data



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Turismo**




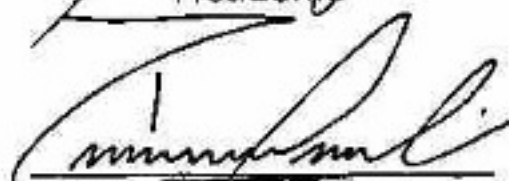
informada pelo autor do projeto em seu artigo 1º. Agora esta Comissão é chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

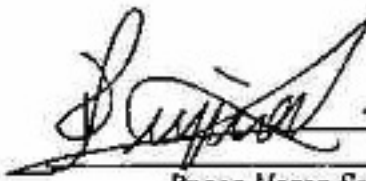

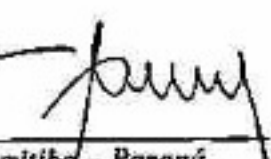
No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo. Além disso, acreditamos na importância do presente projeto, que incentiva o crescimento do turismo em nosso Estado.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.

  
**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente

  
**DEPUTADO BERNARDO CARLI**  
Relator

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Nereu Moura propôs o Projeto de Lei nº 605/2011 com o intuito de incluir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Bom Jesus", da Comunidade do Campo do Mendes, localizada na sede do Município de Laranjeiras do Sul, a ser realizada anualmente no dia 06 de agosto.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Fernando Scanavaca, o Projeto recebeu emenda modificativa, tendo em vista a falha de técnica legislativa, pois não havia data específica para se comemorar a referida festa. Desse modo, foi aprovado o projeto, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Assim sendo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como valores supremos de nossa sociedade a fraternidade e o pluralismo. Tais características devem ser interpretadas de maneira ampla, de modo a concretizar o verdadeiro espírito do

S

P

2- X

2.1927.



constituente brasileiro de 1988: o multiculturalismo, com a conseqüente valorização das manifestações das diversas culturas no território nacional.

A valorização do multiculturalismo, oportuno ressaltar, é característica que se evidencia com o estabelecimento de festas realizadas por descendentes de povos que em muito contribuíram para o processo histórico-cultural brasileiro e paranaense. Nada mais oportuno, portanto, que homenagear a Comunidade do Campo Mendes, que por certo possui suas peculiaridades que enriquecem a cultura paranaense, formalizando no Calendário Oficial de nosso Estado essa "Festa do Bom Jesus".

Além disso, leis como a presente trilham exatamente o caminho perseguido pelo Poder Constituinte Originário, ao estabelecer a respeito da Cultura, no art. 215 da Constituição Federal, *in verbis*:

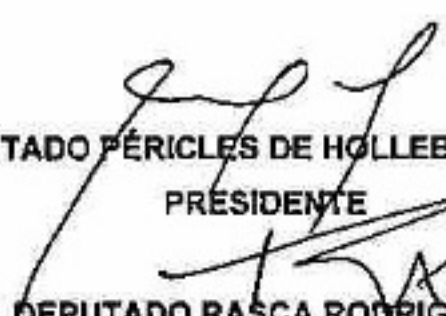
Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

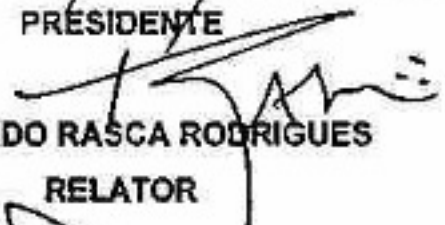
Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais. Não bastasse isso, o § 2º do mesmo dispositivo constitucional estabelece que caberá à lei fixar datas comemorativas de alta significação culturais dos diversos segmentos étnicos de nosso país continental.

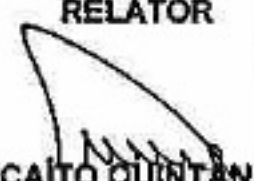
Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental para fixar datas com elevado significado dos povos.

### III - CONCLUSÃO


Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

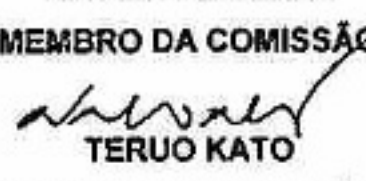
  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
RELATOR

  
CAIO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
MARIA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Andre Bueno*

D. L.  
Fls. 2  
58

PROJETO DE LEI Nº

756/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em. 20 SET. 2011

1º Secretário

**Súmula:** Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia do Movimento Tradicionalista das Raízes Gaúchas no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro.

**Art. 1º** Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia do Movimento Tradicionalista das Raízes Gaúchas no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

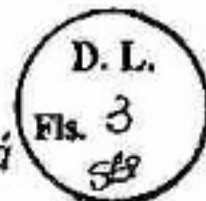
Sala das Sessões. 20 de setembro de 2011.

  
**ANDRE BUENO**  
Deputado Estadual





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Andre Bueno*



JUSTIFICATIVA

Os movimentos de valorização às tradições das raízes gaúchas buscam divulgar as tradições e o folclore da supra mencionada cultura, tal como foi codificada e registrada por folcloristas reconhecidos pelo movimento.

Visam ainda à integração social dos seus participantes, os tradicionalistas, ao resgate e à preservação dos costumes dos gaúchos, através da dança, do churrasco e de esportes.

A identidade gauchesca começa a ser estudada, compreendida e difundida, mesmo que de forma romântica, com o surgimento do Partenon Literário em Porto Alegre (1858). Foi naquela "confraria" que surgiram os primeiros escritores e poetas valorizando o gaúcho e sua cultura. Mais tarde surge a figura de João Cezimbra Jacques que capitaneou a fundação do Grêmio Gaúcho (1898). Foi essa a primeira iniciativa de organização social, como um clube, para resgatar e preservar aspectos importantes da cultura gauchesca. Em seguida foi a vez de João Simões Lopes Neto fundar a União Gaúcha de Pelotas (1899), seguindo-se uma série de clubes gauchescos pelo Estado. Foi no ano de 1947 que toda a experiência acumulada desde o Partenon Literário, que resultou na primeira Ronda Gaúcha no Colégio Júlio de Castilhos, o episódio de 5 de setembro com "O Grupo dos 8" e, depois, já no ano de 1948 o surgimento do 35 CTG que deu o modelo seguido por inúmeros outros Centros de Tradições no Estado e fora dele. Hoje são mais de 3.000 CTGs, espalhados pelo mundo, reunindo pessoas (gaúchos sul-rio-grandenses e outros gaúchos) cultuando, valorizando e difundindo a cultura gauchesca e consolidando a



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Andre Bueno*

D. L.  
Fls. 4  
SP

identidade do gaúcho, fruto da sua trajetória histórica. O gaúcho é um tipo cultural, formado por inúmeras etnias e aspectos culturais herdados dos índios, espanhóis, portugueses, negros, açorianos, alemães, italianos, poloneses, holandeses e mestiços de toda ordem.

Em reconhecimento às tradições perpetradas pelo povo paranaense é que proponho o presente Projeto de Lei, contando com o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2011.

**ANDRE BUENO**  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 756/11**

**Projeto de Lei nº 756/11**

**Autora: Deputado Estadual ANDRÉ BUENO**

**Súmula:** Institui o "Dia do Movimento Tradicionalista das Raízes Gaúchas no Estado do Paraná", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O "DIA DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA DAS RAÍZES GAÚCHAS NO ESTADO DO PARANÁ". **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.**  
**CONSTITUCIONALIDADE.**  
**APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, objetiva inserir no Calendário Estadual o "Dia do Movimento Tradicionalista das Raízes Gaúchas no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente, no dia 20 do mês de setembro.

**FUNDAMENTAÇÃO**



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça*



Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

**Art. 190.** A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

*A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.*

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.





*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)


Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR





## COMISSÃO DE CULTURA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 756/11

#### I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual André Bueno propôs o Projeto de Lei nº 756/2011, com o intuito de instituir, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o "Dia do Movimento Tradicionalista das Raízes Gaúchas" em nosso Estado, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de setembro.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Evandro Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão da Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

#### II – MÉRITO

Conforme bem demonstrado em reportagem escrita pela Jornalista Mariane Maio, da Revista "Mês", edição de fevereiro de 2012, o Estado do Paraná teve três grandes ciclos migratórios. Especificamente na terceira fase da colonização que ocorreu nas regiões Sudoeste e extremo oeste, nosso Estado foi colonizado por catarinenses e, principalmente, por gaúchos.

1



Portanto, a cultura gaúcha tem inegável peso na cultura do Estado do Paraná, notadamente nas referidas regiões. Nesse contexto, o presente projeto tem importância ímpar para a valorização do povo que faz parte do processo histórico-cultural de nosso Estado.

Aliado a este fato, destaca-se que é dever do Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que fazem parte das culturas típicas da colonização brasileira e, principalmente, a colonização paranaense.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

### III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.

DEPUTADO PERICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CAIO QUINTANA  
RELATOR

DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

D. L.

Fls. 2

PROJETO DE LEI nº 102/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 18 MAR 2012

1º Secretário

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, Bispo Sinvaldo Corrêa Coelho.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Bispo Sinvaldo Corrêa Coelho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 março de 2012.

PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual / PRB

15/08 19/03/2012 00:14:78 007 15311118 1161517106 00 016396



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

D. L.  
3  
Fls.

## JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear o Bispo Sinvaldo Corrêa Coelho, pelo relevante trabalho que desenvolve em nosso Estado.

O Bispo Sinvaldo Corrêa Coelho, nasceu em Petrópolis, RJ, nascido aos 04 de Outubro de 1960, filho de Sylvio Machado Coelho e Maria da Glória Corrêa Coelho, casado com Marcia Ribeiro Machado Silva Coelho à 29 anos, pai de Samuel Machado Silva Coelho (Pastor da 5ª Região Eclesiástica e Advogado), e de Ana Lígia Machado Silva Coelho (Fisioterapeuta).

Nascido e criado no evangelho de Cristo, sendo membro da Igreja Metodista Wesleyana desde 1976, exercendo em sua Igreja Local as funções de Diretor de adolescentes e de Jovens, Professor da Escola Bíblica Dominical, Dirigente de Congregação, Seminarista Colaborador e Aspirante ao Pastorado.

Foi Supervisor distrital de Jovens em Petrópolis, RJ e diretor geral de Jovens da Igreja Metodista Wesleyana; Formado Bacharel em Teologia na Faculdade e Seminário Unido de Petrópolis e na Faculdade Teológica da Igreja Metodista Wesleyana (CEFORTE-RJ). Consagrado a pastor em 1985, ordenado ministro em 1989 e eleito e ordenado bispo em 2003. Pastoreou as Igrejas de Porto Velho, Ouro Preto do Oeste, Cacoal, Rollim de Moura, Cerejeiras, Vilhena (RO) e Itaquerá (SP).

Abriu as Igrejas em JI-Paraná, Candelas do Jamary, Conj. Rio Jamary, Nova Floresta, Calama, Guajará-Mirim (RO) e Rio Branco (AC). Passou às Igrejas as congregações de Pq. Paulistano, Castro Alves e Cid. Tiradentes (SP). Exerceu funções nas Comissões de Estatística e Exame Ministerial; Supervisor do Campo Missionário Norte, com o desafio de implantar a 4ª Região Eclesiástica (Estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá, fato este ocorrido em 1997), Supervisor do Campo Missionário do Rio Grande do Sul e Centro-Oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul); Superintendente Distrital em Itaquerá, SP; Secretário Regional de Administração e Secretário Regional de Missões da 3ª Região Eclesiástica e Diretor da Faculdade Teológica Wesleyana (CEFORTE-SP); Seu primeiro episcopado deu-se na Região Eclesiástica Europeia de 2003 a 2009, onde implantou novas Igrejas em Portugal, Espanha, Alemanha, Luxemburgo e Moçambique na África.

É professor das cátedras de Liderança Eficaz, Teologia Sistemática, Evangelismo, Missões e Administração Eclesiástica. Exerce atualmente a superintendência da 5ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista Wesleyana com sua sede em Curitiba, PR, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o país vizinho do Uruguai.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D.L.

Fls. 02

5

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa

Em, 21 MAR. 2012

1º Secretário

## REQUERIMENTO

Súmula: Requer REGIME DE URGÊNCIA à tramitação do Projeto de Lei nº 102/2012 que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Bispo

Sinvaldo Corrêa Coelho.

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subcreva, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER REGIME DE URGÊNCIA à tramitação do Projeto de Lei nº 102/2012 que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Bispo Sinvaldo Corrêa Coelho, conforme disposto no artigo 181, 182 Incisos I e II do Regimento Interno dessa Casa de Leis.

Sala das Sessões, 21 de março de 2012.

PR EDSON PRACZYK

Deputado Estadual/PRB





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 15  
5

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 102/2012**

**Projeto de Lei nº 102/2012**

**Autor: Deputado Estadual Edson Praczyk**

**Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO BISPO SINVALDO CORRÊA COELHO.**

**EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Edson Praczyk, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Bispo Sinvaldo Corrêa Coelho.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 16  
5

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, sobre a Iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em seu artigo 124, que:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Sobre a Iniciativa das Leis, o artigo 65 da Constituição Estadual, apresenta a seguinte redação:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Dispõe a Lei nº. 13.115 de 14 de Fevereiro de 2001, alterada pelas Leis de nº. 14.677 de 06 de Abril de 2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009, senão vejamos:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 18  
5

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possua legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da Informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

Além disso, com o objetivo de sanar o vício apresentado no artigo 2º do Projeto de Lei ora em tela, propõe-se a seguinte emenda modificativa, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 19  
5

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

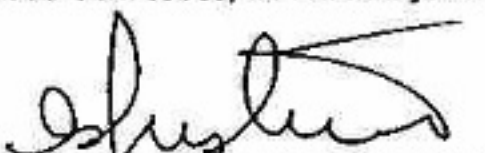
Comissão de Constituição e Justiça

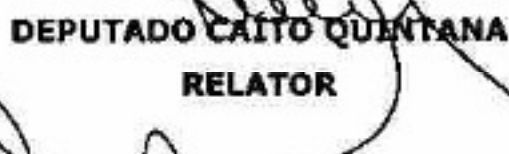
D. L.  
Fls. 20  
5

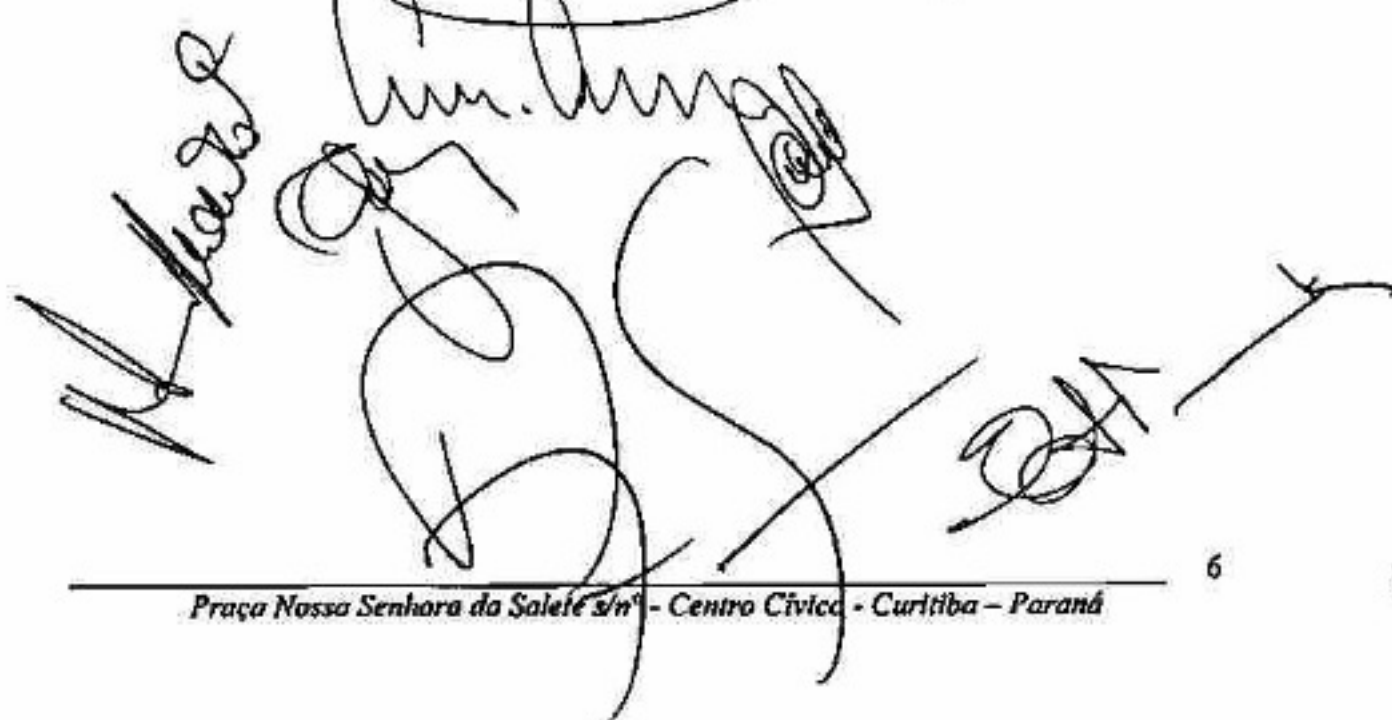
## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
RELATOR







**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA**

DAP  
Fls. 02  
DAP

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 007/12.**

**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de fevereiro de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

**ART.1º.-** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de fevereiro de 2012.

**ART. 2º.-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 28 de março de 2012.

**DEPUTADO BULLIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**  
Relator



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 017/2012

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 017/2012, dando conhecimento da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de fevereiro de 2012, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Analisado o referido relatório e demais peças a ele anexadas, constatou-se que as contas prestadas estão exatas, obedecendo a legislação em vigor, concluindo este Relator pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 28 de março de 2012

**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**  
Relator